

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Povantim Class.: 16  
 Data: 11/02 Pg.: 5

## A reconquista da terra invadida

*Depois de anos de paciente luta, os Arara do Mato Grosso, liderados pelo cacique José Rodrigo e Anita Arara retomam dos grileiros seu território tradicional*

Fato histórico: no dia 28 de novembro último, o povo Arara de Aripuanã, também conhecido como Arara do Beiradão, reconquistou o seu território tradicional, de onde tinha sido expulso durante a década de 70. Acompanhado por 18 Nambikuara, 11 Cinta Larga, quatro membros do Cimi, o presidente da Aparai e um caminhoneiro, mais de 30 Arara consumaram a reconquista, retomando a localidade da Capivara, onde antigamente havia uma aldeia. A corajosa operação foi o resultado de um longo exercício de paciência e determinação por parte dos Arara, especialmente do cacique José Rodrigo e de sua esposa Anita Arara, os últimos a serem expulsos pelos grileiros em 1980.

### Um pouco de história

Os Arara, como informa o antropólogo João Dal Poz (in Aconteceu Especial 18, Cedi, 1991), "remanescentes de grupos indígenas que habitavam o rio Aripuanã e seus afluentes Branco e Guariba", foram "afastados de suas terras pela violência de grileiros e capatazes de madeiras", tendo-se espalhado "pelo beiradão" dos rios Aripuanã e Guariba e pelas cidades de Aripuanã (MT), Matá-Matá (AM) e Ariquemes (RO), empregando-se na extração de seringa, pesca artesanal e fabricação de farinha, ou vivendo de biscates variados".

De acordo com Dal Poz, as terras dos Arara foram alienadas pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat) em 1973, para grandes grupos econômicos. Em novembro de 1980 completou-se a retirada forçada dos Arara do Rio Branco, com a expulsão da família de José Rodrigo e Anita Arara pelo grileiro Henrique Faveiro, para quem eles trabalhavam na extração de seringa. Desde 1984 o padre Manoel Valdez, ex-coordenador do Cimi em Rondônia, encaminhou à Funai várias denúncias sobre a precária situação dos Arara e várias propostas de demarcação de seu território. No entanto, "somente em abril de 1987 um Grupo de Trabalho da Funai foi lançado a campo para estudo de área e situação dos Arara, visando a identificação e delimitação". O GT, coordenado pela antropóloga Vera Lopes dos Santos, da 2ª Suer, realizou o levantamento da população Arara, reconheceu seu território e reuniu dados históricos e sócio-econômicos para fundamentar a proposta de interdição de uma área de 242 mil hectares, situada entre os rios Aripuanã e Guariba que engloba o rio Branco e os igarapés Moacir e Novo. A denominada "Área Indígena Arara-Beiradão" estava pronta para receber de volta os Arara. Porém, o levantamento fundiário revelou a incidência sobre ela de nada menos que 68 títulos de propriedade: "As terras haviam sido loteadas e vendidas pelo Intermat em março daquele ano".

Desde então, continua João Dal Poz, "Os pretensos proprietários deram início à ocupação da área, fazendo derrubadas, plantando capim e erguendo benfeitórias". Os grileiros tentaram também anular na Justiça a Portaria PP 3.831/87, que interditou a área. Anita Arara e seu marido, José Rodrigo, passaram a fazer inúmeras peregrinações a Cuiabá e a Brasília, em busca de uma so-



O cacique José Rodrigo e seu irmão, Deoclécio



A incansável lutadora Anita Arara

Fotos: Mário Quinzani

lução. A Funai, por outro lado, iniciou um movimento para reduzir o território indígena, com base no relatório do sociólogo José Augusto Mafra dos Santos. Segundo Mafra, que coordenou um Grupo de Trabalho Especial constituído em 1988 para "elaborar o programa de assentamento da Comunidade Indígena Arara-Beiradão", os Arara não tinham mais direito sobre seu território porque tinham deixado de ser índios. Supostamente, teriam perdido seu "elo étnico" e o "exercício da identidade étnica" devido à miscigenação, dispersão e dominação que sofreram.

### A decisão da reconquista

Os próprios Arara, no entanto, se recusaram a adotar a nova identidade, ou falta dela, proposta pelo sociólogo da Funai. Continuaram a lutar. No ano passado resolveram voltar à sua terra. Um pequeno grupo fez o reconhecimento do território, de barco. Em represália, os jagunços, comandados por um tal Joaquinção, incendiaram a embarcação no mês de junho. A despeito das constantes ameaças, no mês de setembro passado, numa assembléia, os índios marcaram uma data para retornar definitivamente à área: 31 de outubro. Segundo conta a irmã Catarina Lourdes Christ, da equipe do Cimi em Aripuanã, que acompanha a luta deles há sete anos, eles trataram de angariar o máximo de apoio, dos Nambikuara, dos Cinta Larga, do Cimi, da Associação de Preservação Ambiental e Defesa das Áreas Indígenas (Aparai) e da Funai. A advogada do Cimi-Rondônia, Maria Cecília Filipini, a Bia, diz que o órgão indigenista pediu paciência, tempo para que fosse publicada a Portaria da demarcação e, assim, garantir o apoio da Polícia Federal. Os grileiros também foram preparando o terreno. Espalharam a notícia de que haviam comprado armas e contratado 40 pistoleiros para impedir a entrada dos índios.

Nesse interim, tudo entrou em compasso de espera em Brasília, devido ao processo do impeachment. No final de outubro, os Arara, já cansados de tanta espera, decidiram retornar à sua terra de

qualquer maneira, com ou sem apoio. Anita Arara viajou até Vilhena a convocou os Nambikuara. Os Cinta Larga da Área Indígena Rio Preto também toparam apoiar. A notícia de que um grande número de Cinta Larga, com fama de feroces, estaria chegando a Aripuanã inquietou os grileiros. O líder dos jagunços, Joaquinção, não conseguiu contratar mais capangas e resolveu tirar o corpo fora.

### A iminência do confronto armado

No dia 20 de novembro, o secretário do Cimi, Francisco Loebens, comunicou ao ministro da Justiça que os Arara pretendiam recuperar seu território naquele final de semana. E que havia o risco de um confronto armado com os invasores. Loebens afirmou também que o recente parecer feito pela Comissão Especial de Análise da Funai registrava o consentimento dos índios de ter suas terras reduzidas de 242.776 ha para 122.000 ha, "na expectativa de ver solucionado o seu problema de maneira mais célere".

Quatro dias depois desse comunicado, dia 24, terça-feira, o ministro Maurício Corrêa assina a tão esperada portaria. Os índios decidem, então, aguardar a Polícia Federal até o sábado, dia 28. Antes do final da semana, porém, o administrador da Funai em Cuiabá, Arioaldo José dos Santos, telefonou para dizer que a Polícia Federal, por estar em greve, não acompanharia o retorno dos índios. Era a informação que faltava para os Arara.

Na sexta-feira, eles se prepararam para uma guerra. Pintaram, à vista da população de Aripuanã, os três barcos que os levariam pelo rio Branco. Na verdade, aquela cena era um estratagemma: os jagunços armaram uma cilada no rio mas os índios viajaram por terra... A noite, uma festa reuniu índios e indigenistas. Cearam um veado, caçado naquele mesmo dia, tomaram chicha e vinho de patuá.

A saída estava marcada para as quatro da madrugada. Os índios, porém, resolveram antecipá-la para as 2h00. Um toureiro (comerciante de toras de madeira)

que nunca retirou madeira da área indígena, resolveu ceder e ainda dirigir o seu caminhão. Havia ainda duas Toyotas e um barco a motor, transportado no caminhão. Além dos índios, faziam parte da expedição o caminhoneiro, Manoel Valdez, coordenador da Aparai, e o pessoal do Cimi: Solange, José Bassegio, o padre Mário Quinzani e o enfermeiro Neuri.

Para atravessar o rio Branco era preciso tomar uma balsa, que só funciona a partir das 6h00. Por sorte, naquele dia a ponte recém-construída já estava pronta e foi por ali que a expedição passou, inaugurando-a.

### O correntão no meio da estrada

O local escolhido, Capivara, fica a mais ou menos 70 km de Aripuanã. Na metade do caminho, a expedição encontrou a casa de um dos fazendeiros invasores, Zequinha. O correntão que fecha a estrada estava no chão e pôde-se perceber que três homens escapavam às pressas por trás da casa de Zequinha. Não esperavam que os índios fossem aparecer tão cedo, foram pegos de surpresa. Alguns quilômetros à frente as marcas da tocaia frustrada: troncos de mais de 20 árvores impediam a passagem dos veículos. Foram facilmente removidos.

Finalmente, a expedição chegou às margens do rio Branco. O barco, transportando alimentos e uma turma de cinco índios, desceu o rio. Outra turma foi a pé, até o local da antiga aldeia Capivara. Neuri, o enfermeiro, acompanhou os índios. Os demais brancos e alguns Cinta Larga voltaram para Aripuanã.

Quando chegaram à casa do grileiro Zequinha, nova surpresa. Uma esplanada de toras de madeira impedia a passagem. Atrás de dois tratores, alguns pistoleiros apontavam suas armas. Um deles gritou: "Atira! Atira!" Manoel Valdez decidiu enfrentar os jagunços, com a cara e a coragem, Solange atrás dele. Abrindo a camisa, Manoel disse: "Estou desarmado, podem atirar. Nós só queremos diálogo, não queremos violência. Queremos passar na estrada". Calculando que poderiam matar alguns mas não todos, os pistoleiros, prudentes, vendo que os Cinta Larga preparavam seus arcos e flechas na carroceria do caminhão, abaixaram as armas. Um pequeno avião, enquanto isso, fazia vôos rasantes sobre o local, afastando-se depois. Zequinha desmobilizou os jagunços. E o cacique Naki Cinta Larga percebeu que poderiam retirar as toras com a ajuda do caminhão e das Toyotas. Com a estrada livre, puderam voltar mais tranquilos para a cidade.

Naquele mesmo dia a equipe do Cimi reuniu-se com o governador de Mato Grosso, Jaime Campos, e com o prefeito Darci Wal Laux, para discutir a situação. Ouviu promessas de paz. Mais tarde, os Nambikuara comunicaram, através do rádio cedido pela Funai, que a situação na Capivara era tranquila. Os Arara encontraram uma rocinha pronta, com milho e mandioca. E constataram que a região tem caça e peixe em abundância. O casal José Rodrigo e Anita Arara ficou lá, agora com esperança ainda maior quanto ao futuro de sua gente, hoje reduzida a pouco mais de 160 pessoas.